

Problemas selecionados em determinação social do pensamento

Selected problems in social determination of thought

Elcemir Paço Cunha*

Resumo: O artigo objetiva discutir alguns problemas avançados em determinação social do pensamento a partir das contribuições deixadas por J. Chasin tendo em vista a profícua fundamentação em Marx e Lukács. Tais problemas selecionados são apresentados assumindo como fio condutor as possibilidades da pesquisa científica de objetos ideológicos.

Palavras-chave: Determinação social do pensamento; formação ideal; ideologia.

Abstract: The article aims to discuss some advanced problems on social determination of thought based on the contributions left by J. Chasin in view of the fruitful grounding in Marx and Lukács. These selected problems are presented assuming as a common thread the possibilities of scientific research of ideological objects.

Keywords: Social determination of thought; ideal formation; ideology.

Introdução

A ocasião, de celebrada republicação de J. Chasin pela prestigiada *Verinotio*, traz consigo a oportunidade de revisitar alguns aspectos das contribuições à *determinação social do pensamento* realizadas pelo autor, entremeadas à ascendência a Marx e a Lukács.

Trata-se de algo sempre marcante entre as preocupações do filósofo brasileiro, desde sua dissertação crítica a Mannheim, datada dos primeiros anos de 1960, até os estágios últimos de seu itinerário intelectual na década de 1990. No caminho, o trabalho de fôlego sintetizado em *O integralismo de Plínio Salgado*, de 1977, deixou elementos fundamentais ao estudo do pensamento político tomado analiticamente por “objeto ideológico”.

Ficou patentemente registrado o valor do prolongado diálogo com Lukács iniciado antes, na dissertação, principalmente aquele moldado, a partir de *A destruição da razão*, sobre o “tríptico metodológico lukácsiano” constituído pela análise imanente

* Doutor em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGAdm/UFJF. Pós-doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG. E-mail: paco.cunha@ufjf.br.

das doutrinas e pelas análises de gênese e da função social das “ideologias”. Trata-se de um aparato metodológico geral, não sistemático e, portanto, dependente das propriedades concretas do pensamento investigado e, por isso mesmo, decorrente diretamente da própria natureza geral dos “objetos ideológicos”, mais “desmaterializados” do que fatores superestruturais a exemplo da política e do direito.

O diálogo foi criticamente esticado no notório posfácio, de 1995, intitulado *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*, devidamente republicado como livro separado em 2009. Esse diálogo crítico foi virtuosamente lapidado pelos fundamentos diretamente remetidos a Marx, culminando nos lineamentos da fundamentação ontoprática do conhecimento, do devido lastreamento marxiano da determinação social do pensamento desprovido dos determinismos da moda e, igualmente embasada, da presença histórica do objeto (sua maturação objetiva).

Tudo isso é conhecido, pelo menos por parte de grupos especializados.

Uma vez enriquecido por esse itinerário, o estudo dos objetos ideológicos se mostra como uma suficientemente desenvolvida alternativa às tendências marcantes no século XX com respeito à investigação das “ideologias”, como o relativismo bastante acentuado nas variantes de sociologia do conhecimento – das clássicas frequentemente visitadas às arqueologias do saber/poder hodiernamente repetidas à exaustão, passando pelas recorrentes alegações das crises paradigmáticas –, como as meras relações entre ideias por aclamadas “afinidades eletivas” ou como as armadilhas do racionalismo constantes, dadas as exigências do epistemologismo, na autonomia do pensamento como “consciência pura”, supostamente sem qualquer condicionamento externo.

No gradiente que se estende, então, da blindagem do pensamento em relação às suas condições objetivas de possibilidade ao completo contágio do pensamento pelos condicionantes sócio-políticos que levam as posições intelectuais, em última instância, ao ceticismo radical e ao relativismo, seu irmão xifópago, e, portanto, à impotência do pensamento diante da necessidade de reta apreensão da realidade, os pressupostos objetivos que se mostram a partir da determinação social do pensamento são mais consequentes diante da facticidade. Isso porque admitem de partida a não autonomia do pensamento diante de suas condições objetivas simultaneamente ao reconhecimento, fundado na práxis autoconstitutiva da humanidade, de que a capacidade de reproduzir, no pensamento, a lógica movente das coisas, é uma

resultante de fatores históricos. Na síntese de Chasin (2009, p. 121), a objetividade do conhecimento é um produto contingente de tempos e lugares, uma vez que a “conjunção cognitiva ideal depende do encontro entre um sujeito plasmado em *posição* adequada à objetivação científica, ou seja, portador de ótica social em condição subjetiva de isenção, e de um objeto desenvolvido, isto é, perfilado na *energeia* de seu complexo categorial estruturalmente arrematado”.

Certamente que as ideias circulantes e herdadas são um desses fatores históricos condicionantes, que atuam sobre as “individualidades cognoscitivas”, no diapasão de Chasin (2009, p. 121). Lukács (2020, p. 352) também destacou a influência das ideias daqueles “pensadores do passado imediato ou remoto” as quais são retomadas por gerações seguintes de intelectuais dadas as não raras continuidades envolvidas no plano das formas de consciência. Entretanto, deixamos destacados aqui aqueles fatores designados anteriormente, igualmente fundamentais na linha de contribuição de Marx, Lukács e Chasin: condições de isenção subjetiva exigidas ao agente perscrutador, agente posicionado em sua classe social, em meio às inflexões societais, ao recrudescimento ou mitigação do antagonismo e o grau de maturação do objeto perscrutado.

A posição de vantagem do estudo dos objetos ideológicos pela via da determinação social do pensamento segundo tais parâmetros, portanto, não demanda retoques. Outrossim, faz exigência de continuidade da escalada ao cume escarpado. A certa altura da subida, os estudantes são continuamente desafiados porquanto as questões mais comuns e introdutórias necessariamente cedem lugar aos problemas avançados. É preciso selecioná-los para tratá-los. Entre aqueles que figurariam certamente como de preocupação de todos os interessados na investigação dos objetos ideológicos, estão os diretamente referentes ao aludido “tríptico metodológico”. Deixando para melhor oportunidade a análise imanente – bem como os problemas do estudo teórico-histórico do grau de correção das formações ideais que escapa ao referido tríptico –, ficam selecionados alguns e não todos os aspectos da análise de gênese e de função. Vejamos tal seleção mais de perto.

Missão social e eficácia dos objetos ideológicos como função

Na história do pensamento marxista, certa linha mais fraca de tendência recusou a identificação direta entre ideologia e falsidade. Essa tendência compareceu em germe em muitos momentos, como em Marx, Engels, Lênin, Gramsci etc. Parece ter

encontrado em Lukács (2010; 2012; 2013), no entanto, um ponto alto de desenvolvimento por via da posição central, clara e declarada de que as formações ideais não nascem como ideologias. Elas são socialmente processadas e, em circunstâncias habilitadoras, conseqüentemente convertidas em ideologias.

Como sustentou Lukács, o critério epistemológico (do grau de correção das ideias, se falsas ou verdadeiras), por mais importante que seja para o estudo teórico-histórico das formas de consciência científicas sobretudo, não é satisfatório para discernir o que é ideologia. Dado o acento sobre a práxis, uma formação ideal adquire caráter de ideologia não por sua correção ou distorção, mas pela potência de seus efeitos sobre a realidade social, principalmente por sua potência em modificar e direcionar as condutas humanas. Já teria escrito Marx (2005, p. 151), não sem razão, que “a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”. Ele não deixou de anotar, em outro lugar, a possibilidade de uma formação ideal promover direcionamentos sobre a vida econômica da sociedade. Ao comentar, por exemplo, sobre a economia política de Smith, Marx sugeriu que as ideias do referido escocês foram, ao mesmo tempo, “um produto da *energia* real e do *movimento* da propriedade privada (...), como produto da *indústria* moderna” nas condições históricas de sua gênese no período manufatureiro, e elemento que “acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência” (MARX, 1974, p. 9). Há, nessas passagens, um reconhecimento do *lado ativo* da economia política como forma de consciência. Não apenas como produto, mas igualmente como força atuante na expansão do modo de produção capitalista.

Muitos outros exemplos desse lado ativo podem ser encontrados de modo espaçado no vasto material deixado por Marx, desde o papel de economistas no debate público a respeito das greves até a influência da economia vulgar sobre os agentes práticos (PAÇO CUNHA, 2022a). Uma amostra direta aqui é muito benéfica. Em consideração crítica contra Storch, Marx escreveu que “se não se concebe a própria produção material na forma *histórica específica*, é impossível entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas” (MARX, 1980, p. 267). O destaque fica com a reciprocidade entre os fatores relacionados, isto é, a produção intelectual é produto correspondente, mas produto ativo, interativo sobre as suas condições objetivas de possibilidade. Assim, o critério prático, que decorre precisamente do lado ativo, é mais adequado do que o epistemológico uma vez que o grau de correção das ideias não condiciona

necessariamente sua potência social.

É verdade, entretanto, que um leitor isento deve necessariamente reconhecer que Marx acentuou muito mais o procedimento explicativo das formações ideais ao jogar luz sobre a gênese (o enraizamento nas condições histórico-concretas) e sobre a missão social do que a investigação daquele lado ativo. Com respeito o pensamento econômico, por exemplo, o acento foi maior em reconhecer os economistas como “representantes científicos” da economia burguesa, em uma acepção de produto, de porta-vozes dos agentes práticos.

Não é sem propósito insistir nesse aspecto. Por volta de 1847, Marx sublinhou que “quanto mais se evidencia esse caráter antagônico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa, embaralham-se em sua própria teoria e formam diferentes escolas” (MARX, 1985, p. 117). Um rápido comparativo entre as escolas clássica e vulgar é bastante instrutivo à guisa de exemplo. Marx diferenciou mais detidamente a tendência vulgar no tratamento histórico do pensamento econômico em *O capital* e em *Teorias da mais-valia* conjuntamente às deficiências da própria economia política clássica. Esta teve gênese em condições históricas habilitadoras às questões de natureza científica em razão da passagem da luta entre capital e trabalho ao segundo plano e da necessidade de verdade diante do combate aos resquícios e entraves da feudalidade. Procurava-se demonstrar a superioridade do modo de produção capitalista. Essa era sua missão social. Não por acaso, Marx (2013, p. 85) registrou que, em geral, a economia política entendia a “ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento”. Por seu turno, a economia vulgar desenvolveu-se em circunstância adversa, com deflagração aberta da luta de classes e em contexto de uma simples apologia direta ao capital. A economia política, na qualidade de forma de consciência científica, perdia, assim, seu impulso inicial de verdade, passando a uma configuração vulgar e apologética do capitalismo, principalmente após 1848. “Não se tratava mais”, escreveu nosso autor de Trier, “de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial” (MARX, 2013, p. 86). Tal processo de desdobramento do pensamento econômico o levou a ter que lidar e descrever contradições do modo de produção vigente. Essa forma de pensamento passou a ser confrontado, escreveu Marx, “por sua própria contradição simultaneamente com o desenvolvimento das contradições reais da vida econômica da sociedade”. Com efeito, a “economia vulgar se torna, de maneira

consciente, mais *apologética* e procura, à força de charlas, exorcizar as ideias que encerram as contradições” (MARX, 1980, p. 1539).

Enquanto o enraizamento do pensamento econômico é muito claramente demarcado, ficamos com déficit demonstrativo quanto ao grau de eficácia das missões sociais evocadas, por um lado, no propósito clássico de apresentar o modo de produção capitalista como “forma última e absoluta da produção social” e não como um “estágio historicamente transitório” e, por outro, na finalidade vulgar de “exorcizar as ideias que encerram as contradições”. Tendemos, por óbvio, a considerar que tais formações ideais foram e são amplamente mobilizadas por grupos humanos com propósitos conservadores quando não reacionários. Certamente são ideias que circulam e que têm efeitos nas condutas humanas desde o século XIX. Marx tinha total clareza, como demonstrado antes, acerca das reciprocidades entre produção material e produção intelectual correspondente. Mas não foi alvo em seus escritos econômicos destrinchar essa circulação e seus efeitos em pormenores investigativos, por mais importante que seja, pois sua tarefa científica com tais escritos, como sabemos, era outra.

Mas isso não torna a questão menos importante, passível de ser ignorada. Tanto que Lukács procurou retomar o lado ativo, o critério prático antes aludido. E essa posição se encontra claramente estabelecida no filósofo magiar. Sinteticamente, vemos isso no esforço do filósofo em estabelecer os fatores básicos de uma dialética objetiva a ser capturada e demonstrada por estudos concretos: a práxis do cotidiano da vida serve decididamente, seguindo Lukács (2013, p. 481), de “mediação” entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológica. As ideologias nascem da práxis cotidiana que opera sobre aquela base. Tais ideologias, uma vez formadas e desenvolvidas, deságuam no mesmo cotidiano do qual tiveram arranque, potencialmente direcionando, modificando, retardando etc., tendências da práxis num tempo e lugar que, por sua vez, guarda sempre potência de alteração e conservação dos fatores da estrutura econômica a qual, de resto, possui lógica própria e é relativamente indiferente à consciência que os agentes portam em relação a ela.

De maneira mais geral do que o filósofo magiar pôde fazer, Chasin (2009) também expressou o acento sobre a práxis ao estabelecer que é a prática social que converte a objetividade em subjetividade e vice-versa. Isso joga luz sobre um aspecto decisivo da facticidade: as formações ideais decorrem, em tempos e lugares diferentes,

da práxis sobre a objetividade natural/social. As formações ideais são produtos, subjetivações realizadas por meio da prática social e, nessa qualidade, são apenas *potência*, dependendo, pois, da prática social para verter essa potência em efetividade, isto é, uma objetivação das formações ideais por meio da práxis. As formações ideais precisam, portanto, de grupos humanos que, assenhorando-se de tais ideias, colocam-nas em funcionamento em meio às inflexões sociais e aos conflitos fundamentais. E o critério delimitador da ideologia é precisamente essa efetividade, essa eficácia sobre o terreno social (há também a questão da duração em termos de profundidade de tais efeitos, como destacou Vaisman, 2010).

Assim, é possível distinguir as formações ideais ou formas de consciência como respostas erigidas diante de tais inflexões e conflitos, de um lado, e, de outro, a conversão de tais ideias em ideologias com eficácia quando, por mediação da práxis social de grupos humanos, deságuam na vida social procurando dirigir as condutas humanas diante das inflexões e conflitos deflagrados. A conversão, entretanto, não retira da ideologia seu caráter também de resposta a tais conflitos por sua própria propriedade, antes de tudo, como formação ideal.

Por decorrência, e esse é o ponto nevrálgico do problema avançado em destaque, o estudo dos objetos ideológicos termina por revelar seu duplo caráter como função ainda que o acento argumentativo, pelo menos, recaia mais sobre a eficácia, no caso de *A destruição da razão*, e mais sobre a formação ideal, no caso de *O integralismo de Plínio Salgado*. Entretanto, esse duplo caráter não foi integralmente sublinhado por Lukács ou Chasin. Nos materiais a questão tendeu a ficar subentendida.

Lukács (2020), ao tratar da ideologia como função em termos de eficácia frequentemente aludiu, corretamente, ao *propósito* ou *finalidade* das ideologias sob análise (o *irracionalismo*, no caso). Nas análises, muitas vezes o isolamento do propósito era o bastante para o tratamento como ideologia na argumentação do autor. Nesse sentido, o acento recaiu sobre a *missão social das ideologias*. Algo semelhante vemos no caso da designada “ideologia da terceira via” em que o filósofo magiar sublinhou o *propósito* de evitar que se extraísse da crise a conclusão de que os problemas postos decorreriam dos aspectos estruturais do modo de produção capitalista (LUKÁCS, 1979). A função, nesse caso, se destaca pela missão social ou propósito, sua finalidade explícita ou não, em que as questões de eficácia ficaram, na análise, subordinadas a segundo plano embora seja precisamente o central (critério

prático) para a determinação da ideologia no quadro geral do argumento dado pelo filósofo.

No material do filósofo brasileiro essa questão fica ainda mais patente. Comparada à ideologia da terceira via ou ao irracionalismo, não é possível dizer que o integralismo, tomado por objeto ideológico, tenha alcançado algum grau relevante de eficácia nas condições da particularidade brasileira. A missão social, em sua gênese na regressividade nacional, seria, como demonstrou brilhantemente o filósofo, retardar o processo de acumulação do capital, orientando a seta da história para condições ruralistas anteriores em termos econômicos, políticos e filosóficos. Mas essa missão social foi suplantada pela tendência histórica objetiva de forja de um capitalismo, ainda que precariamente desenvolvido num tipo de integração subordinada ao mercado mundial, nas condições atroficas brasileiras de então. Mas o fato de tomar apenas o aspecto como formação ideal, sem eficácia, não impediu Chasin de considerar o integralismo como ideologia – inclusive, inadvertidamente, igualando de certa maneira ideologia e falsidade em dado momento da obra (CHASIN, 1978, p. 28).

A questão não ficou inteiramente resolvida uma vez que o aspecto da missão social e da eficácia terminaram embaralhadas em graus variados no tratamento dado pelos autores em tela. Não é, obviamente, um aspecto de fraqueza das elaborações, mas índice de sua complexidade interna. Na linha de desenvolvimento dessa complexidade, o problema avançado sob consideração pode ser dissolvido pelas próprias lições deixadas pelos autores.

Parece-nos ser chave, nessa direção, diferenciar base econômica, superestrutura ideológica e formas sociais de consciência uma vez que o “modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual” (MARX, 1974, p. 136). É importante destacar a heterogeneidade entre tais processos condicionados (“processo em geral da vida social, político e espiritual”). Ao isolar o processo espiritual, isto é, as formas sociais de consciência, podemos guardar então ideologia como designação para aquelas formações ideais que são ativadas por grupos humanos os quais, em termos práticos, retiram-nas do campo da possibilidade para o da efetividade diante das inflexões, crises e conflitos.

É igualmente central sublinhar que toda formação ideal como resposta às condições de sua gênese apresenta, em graus específicos, uma missão social, uma finalidade, mas nem toda missão social apresenta eficácia objetiva como ideologia.

Igualmente, toda ideologia, no presente caso do processo espiritual analiticamente isolado, é também formação ideal com potência de eficácia que, no entanto, depende da práxis de grupos humanos para a conversão desse potencial em efetividade.

São questões importantes explicitadas por Lukács e Chasin. Mas essas questões abrem outras potencialmente relevantes.

Registramos, nessa última direção, que a eficácia de uma formação ideal como ideologia pode contrariar sua própria missão social original como resposta, insinuando que os grupos humanos não apenas tomam certas formações ideais, mas também as transformam em sentido diferente – como serve de prova o marxismo como ideologia, originariamente proletária, sob a égide posterior do taticismo stalinista. Cabe dizer, em adição, que nem sempre as finalidades das formações ideais estão inteiramente claras aos agentes envolvidos a depender, também, do tipo de tais doutrinas (se política, filosófica, econômica etc.) uma vez que o pensamento econômico enquanto forma de consciência científica, por exemplo, que tem por material a produção da riqueza, como Marx registrou várias vezes, difere do pensamento filosófico ocupado com as grandes questões gerais da humanidade, como destacou Lukács. Haveria, portanto, uma especificidade do pensamento econômico como ideologia. O quanto essas diferenciações das “subnaturezas” das formações ideais comparadas implicam, por decorrência, possíveis modos diferenciados de efetivação como ideologias, é matéria a ser seriamente considerada, incluindo potenciais consequências para o “tríptico metodológico”.

Há outras questões assemelhadas e que não devem ser deixadas de lado. Em um grupo de ideólogos, por exemplo, os quais formam, em conjunto, um objeto ideológico sob investigação, podem habitar discrepâncias de propósitos. Além disso, não é de menor importância a possibilidade segundo a qual os propósitos enunciados pelos mais destacados ideólogos diverjam da missão social efetivamente acionada e que anima ou animou certa formação ideal. Igualmente relevante é sublinhar que, como Lukács (2020, p. 182) demonstrou, a própria missão/função social pode sofrer alterações continuamente ao longo de estágios diferentes.

Em suma, são questões que não devem ser ignoradas na tarefa de investigar os objetos ideológicos. De conjunto, a apreensão de que a função envolve tanto a missão social quanto a eficácia amplia, e não reduz, as possibilidades investigativas em determinação social do pensamento. Amplia não apenas tais possibilidades, mas

também as exigências.

Aquém da eficácia, as minudências

A diferenciação entre formas de consciência, de um lado, e formas de consciência vertidas em ideologias, de outro, auxilia na constatação de que as possibilidades dos estudos sobre objetos ideológicos são mais amplas do que inicialmente pode ser entrevisto. Isso porque, à primeira vista, o acento sobre a eficácia na determinação das ideologias, repitamos, como aspecto do condicionado “processo espiritual”, poderia sugerir que a preocupação científica estaria direcionada apenas para aquelas formas de consciência mobilizadas de fato por amplas expressões de classe.

Entretanto, é perfeitamente admissível o estudo de objetos ideológicos que não obtiveram eficácia como ideologia. O próprio caso do integralismo no Brasil é um exemplo disso.

Inicialmente, destaca-se a operação metodológica realizada por Chasin sobre o assunto. Diante do “tríptico metodológico lukácsiano”, o filósofo brasileiro adotou a resolução de “concretar efetiva análise imanente do discurso pliniano, deixando em graus mais abstratos as determinações relativas ao chão social em que aquele se pôs, e que no tríptico metodológico lukácsiano são designadas como análises de gênese e função social das ideologias” (CHASIN, 1978, p. 23). O operatório da análise respeita, como foi fartamente demonstrado pelo filósofo, a trama própria do objeto ideológico investigado, implicando, o que é aqui decisivo, a “necessidade de repetidas observações, cuidados, rastreamentos e precisas elaborações de minudências” (p. 24).

Os fatores do “tríptico metodológico”, portanto, podem ser considerados separadamente. O que autoriza essa resolução é o próprio interesse de investigação porquanto ligado a problemáticas específicas segundo exigências do próprio campo científico. Expliquemos. O exemplo disso é o próprio material sobre o integralismo de P. Salgado. Ali a questão não parece ser de fato a eficácia (e duração) do integralismo na realidade brasileira. O material, é importante dizer, coleciona mais elementos da gênese do integralismo com base na regressividade das condições nacionais, do seu atraso, do que da funcionalidade objetiva dessa pretensa formação ideal que, como já indicamos, não parece ter sido vertida em ideologia no sentido da eficácia da missão social erigida de frear o processo de acumulação de capital no país e de retroceder segundo a utopia ruralista esboçada.

A resolução quanto à concreção da análise imanente correspondeu, nos termos do filósofo brasileiro, à problemática quanto à *natureza específica do integralismo como formação ideal*. Como “fragmento da consciência social no Brasil, o integralismo continuava indecifrado, oculto em convencional e abstrata definição como fascismo”, escreveu nosso autor. Diante dessa problemática, tratava-se então de “determinar sua efetiva natureza, especificá-la na especificidade brasileira” (CHASIN, 1978, p. 23). Tal era a necessidade científica que se impunha, e se impõe renovadamente, pela insistente identificação pura e direta, ainda corrente em muitos círculos intelectuais, entre integralismo e fascismo com base em certas características estéticas e discursivas superficiais. Aqui vale, portanto, o interesse no estabelecimento da verdade da coisa.

A análise imanente levada adiante por nosso autor permitiu demonstrar o integralismo, em sua natureza específica, como expressão do atraso brasileiro, como fenômeno característico dessa particularidade regressiva. A utopia ruralista pliniana pretendeu inutilmente estancar o processo de acumulação de capital, orientando a seta da história para tendências mítico-reacionárias no plano político, econômico e filosófico de um “homem integral”, visceralmente ligado ao campo e sob tutela de um estado forte. O fascismo, como ideologia de mobilização para a guerra, distintamente, congregou regressividades que, no entanto, conviveram com a missão social, eficazmente realizada em seu tempo histórico, de continuidade do processo de acumulação daqueles países de formação tardia do capitalismo (Alemanha, Itália, Japão). Tratou-se de superar os obstáculos à acumulação do capital por via do expansionismo beligerante. O processo de objetivação do capitalismo hipertardio no Brasil por *via colonial* possibilitou uma configuração diferente, anti-industrialista, de negação reacionária do capitalismo, uma espécie de “romantismo dos trópicos”, a despeito de certas identidades quanto ao uso de símbolos, agremiações etc., e sem condições de acesso à negociação bélica imperialista já em sua segunda edição mundial.

Essa conquista da análise imanente sobrevive à predileção por superficialidades com vasta penetração entre intelectuais no Brasil. Ao cabo, registra a possibilidade metodológica de considerar elementos do “tríptico metodológico” à luz das necessidades investigativas as quais são impostas ao interesse científico, isto é, configuram exigências ao conhecimento e não preferências subjetivas. Assim, a análise imanente, diante da tarefa de determinar a natureza de uma formação ideal, tem lugar sem os demais elementos metodológicos do tríptico a depender de problemáticas

específicas envolvidas. A mesma coisa se aplica às análises de gênese e de função. Uma vez mais, trata-se de uma ampliação das possibilidades investigativas.

Da causalidade à preparação ideológica como campo investigativo

Uma das dificuldades mais prementes no estudo da determinação social do pensamento está diretamente ligada ao estabelecimento das conexões entre determinada forma de consciência e seus efeitos objetivos uma vez vertida em ideologia. É um problema, na verdade, de grande parte do trabalho científico: o nexo causal. Talvez isso ajude a explicar o maior acento anteriormente destacado sobre o enraizamento histórico-social das formas de consciência do que sobre a eficácia das ideologias.

Isso porque, em geral, parece que estudar a gênese, o aspecto condicionado do “processo espiritual”, apresenta menores obstáculos do que o movimento de deságue das formações ideais como ideologia naquele cotidiano que medeia, em termos práticos, tais formações e a estrutura econômica. Não é trivial estabelecer historicamente as reciprocidades envolvidas. A identificação anterior acerca do duplo caráter da função enquanto missão social e eficácia favoreceu essa constatação e, agora, nos coloca no plano dos nexos objetivos, das causalidades e reciprocidades indispensáveis ao próprio movimento de uma dialética a ser descoberta, trazida ao primeiríssimo plano em termos de conteúdos, detalhes, conexões. Aquele exemplo anterior de Marx é emblemático: as ideias de Smith como produto da manufatura e, ao mesmo tempo, como força de sua expansão. Como estabelecer o nexo expresso no segundo movimento?

Um analista isento de *A destruição da razão* é levado a constatar essa dificuldade quanto à relação entre a potência do irracionalismo como ideologia do período imperialista e o nazifascismo alemão emanado da boca de Hitler e seus asseclas e confirmado em suas práticas vis, desumanizantes, bárbaras e horrendas. Há nesse nexo uma série de aspectos importantes.

O primeiro deles é o *post festum*. Não configura qualquer novidade o lugar dessa questão para a análise científica das “formas da vida humana”, como escreveu Marx. A análise, segundo ele, “percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real” uma vez que ela “começa *post festum* e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 150). Em tais resultados prontos tendencialmente não está à mostra o processo histórico desdobrado. Em outros

termos, nas formas acabadas costumeiramente apagam-se os eventos, as contradições, o vai-e-vem, o acaso etc.

Para o estudo do aspecto ativo da funcionalidade das ideologias, isto é, seu deságue e efeito na realidade social, essa questão precisa ser rigorosamente considerada. Como exemplo, Lukács nos deu o nazifascismo alemão. O estudo levado a cabo pelo filósofo magiar começou depois dos eventos que permitiram identificar aquilo pelo que se designa por nazifascismo como tal. Não significa que antes da coisa acabada, pronta, não se pudesse capturar e expressar tendências. Mas, como sabemos, são múltiplas as tendências e forças “contrarrestantes” no movimento histórico frequentemente efetivado “aos trancos e barrancos e ziguezagues” (ENGELS, 2010, p. 475). Assim, a análise científica encontra condições mais adequadas com o objeto integralmente desenvolvido. Ou, como Chasin (2009) designou, a presença histórica do objeto, sua maturação objetiva.

Diante do nazifascismo como objeto acabado, Lukács procurou traçar as linhas principais do irracionalismo alemão na transição entre os séculos XIX e XX como o fator ideológico de primeira ordem na explicação dos eventos que culminaram no nazifascismo naquele país. Aqui se encontra um “complexo de complexidades”, por assim dizer, que merecem consideração. Sobretudo por remeter diretamente ao problema do nexos objetivo entre a ideologia e seus efeitos, isto é, ao problema das causalidades objetivas, não imputadas pela subjetividade do analista.

Quando o assunto são fatores superestruturais, tais como a política e o direito, a captura dos nexos e reciprocidades parece acomodar obstáculos de qualidade específica. Entre os muitos exemplos possíveis, cabe o destaque, em termos gerais, aos efeitos contraditórios das legislações sociais nos diversos países, sobretudo ocidentais, nas tarefas envolvidas simultaneamente na frenagem racional diante do impulso voraz e destrutivo do capital, parafraseando Marx (2013), na acomodação dos conflitos sociais, no desenvolvimento da própria classe de trabalhadores. No Brasil, em particular, a legislação trabalhista teve notórios efeitos sobre a organização, reivindicação e mesmo a forja daquela classe trabalhadora a partir dos anos de 1930. Além disso, essa legislação obteve efeitos profundos na mobilização dessa classe, alcançando o contexto de muitas décadas adiante. Embora persistam desafios da demonstração empírica da funcionalidade desse aspecto superestrutural, seu grau de materialidade serve como plataforma mais firme.

A natureza dos condicionados processos espirituais, por notório caráter mais abstrato e menos materializado, coloca obstáculos maiores ao estabelecimento de nexos. Ainda assim, aqui, como em qualquer outra parte, vale o peso dos casos concretos no quesito de tais nexos.

O caso de *A destruição da razão* é ilustrativo. O conjunto dos ideólogos considerados por Lukács são aproximados principalmente de posições de intersecção entre a filosofia e a sociologia. Apesar das diferenças, havia no essencial elemento de identidade que, diante das condições históricas de crise, admitiu uma espécie de apologia indireta ao modo de produção capitalista. A missão social do irracionalismo como apologética indireta é capturada na comparação com a apologética direta:

Enquanto que a apologética direta está empenhada em apagar as contradições do sistema capitalista, em refutá-las de maneira sofisticada, em fazê-las desaparecer, a apologética indireta irá partir justamente dessas contradições, reconhecendo sua existência factual, a impossibilidade de sua negação enquanto fato, mas dando-lhes uma interpretação que – apesar disso tudo – as torna vantajosas para a existência do capitalismo. Enquanto a apologética direta está empenhada em apresentar o capitalismo como a melhor das ordens, como o cume destacado e definitivo do desenvolvimento humano, a apologética indireta destaca, de modo grosseiro, os lados negativos e os horrores do capitalismo; mas não os declara como características do capitalismo, mas da vida humana, da existência em geral. Disso deriva, então, necessariamente, que uma luta contra esses horrores apareça de antemão não apenas como vã, mas como algo sem sentido, pois significaria a autossuperação da essência humana (LUKÁCS, 2020, pp. 181-182).

Tratou-se do anticapitalismo romântico surgido nesse ambiente de crise, como sugeriu o filósofo magiar, “procurando evitar que as tensões e explosões decorrentes disso se voltem contra o capitalismo” (LUKÁCS, 2020, p. 562).

E como essa missão social foi efetivada? Por meio de um conjunto de mediações, respondeu Lukács, sem, contudo, grande envergadura em termos de demonstração por parte de nosso autor. Antes de considerar os motivos disso – já aludidos por ensejo das dificuldades no estabelecimento de nexos –, é decisivo destacar tais mediações indicadas no desdobramento da ideologia em tela:

(...)a visão de mundo alemã do período imperialista avançou (...) de Nietzsche a Spengler e depois, no período de Weimar, de Spengler ao fascismo. Se remontarmos essa preparação ideológica da filosofia alemã até Schopenhauer e Nietzsche, poder-se-ia contestar que se tratava de doutrinas esotéricas difundidas apenas em círculos muito restritos. Acreditamos, porém, que não se pode subestimar o efeito indireto, subterrâneo das ideologias reacionárias ao novo modismo (...). Esse efeito não se limitava à influência exercida indiretamente

pelos livros dos filósofos, embora não se possa ignorar que as edições das obras de Schopenhauer e de Nietzsche alcançavam certamente muitas dezenas de milhares. Mas as universidades, as conferências, os jornais e outros meios de difusão faziam com que essas ideologias se estendessem às vastas massas, com certeza de modo vulgarizado, mas com isso seu conteúdo reacionário, seu íntimo irracionalismo e seu pessimismo, que se encontram em tais doutrinas, foram antes intensificados do que enfraquecidos, já que, assim, as teses centrais acabaram por predominar sobre as possíveis restrições e ponderações. As massas foram fortemente envenenadas por tais ideologias sem que jamais tenham colocado os olhos sobre a fonte direta do envenenamento. A barbarização nietzschiana dos instintos, sua filosofia da vida, seu “pessimismo heroico” etc. são produtos necessários do período imperialista, e o aceleração desse processo provocado por Nietzsche pôde surtir efeito em milhares e milhares de pessoas que sequer conheciam o seu nome (LUKÁCS, 2020, p. 77).

A ideologia circulou por meio dos livros publicados, das universidades, das conferências, dos jornais etc., e alcançaram os salões e cafés. A vulgarização ganhou contornos mais toscos pela mediação política. Como escreveu Lukács (2020, p. 78), “Hitler e Rosenberg levaram para as ruas tudo que foi dito sobre o pessimismo irracionalista desde Nietzsche e Dilthey até Heidegger e Jaspers em confortáveis poltronas de couro, em salões intelectuais e cafés”. A política atendeu, completou Lukács (2020, p. 627) mais adiante, às demandas dos “círculos mais reacionários dos *Junkers* e dos grandes capitalistas alemães”, uma vez que “retirou dos salões e levou para as ruas a ideologia reacionária mais extremista, modernizada sob medida para os novos tempos”. Por via da política, então, tal ideologia obteve condições de sedução e mobilização das massas. Teve, enfim, eficácia. Assim, há um tipo de nexos entre (1) os objetos ideológicos outrora produtos da economia imperialista que (2) circularam pelas mediações (universidades, conferências, jornais etc.), (3) atingindo os salões e os cafés e (4) alcançando as ruas e o cotidiano de modo massivo.

Admitamos que esse nexos se equilibra com dificuldades probantes, cabendo inclusive investigação complementar para aprofundar esse movimento de deságue do irracionalismo na vida cotidiana e, daí, ao embaraço desumanizante do nazifascismo. A folga na amarração, que todo leitor rigoroso não pode ignorar, tem esse componente autêntico, demandando avanço na pesquisa histórica da funcionalidade da ideologia em tela. Trata-se de aprofundar a hipótese lançada sobre o papel das universidades, conferências, jornais etc.

Mas, o que é mais importante, também tem um componente falso quando se poderia imaginar a possibilidade de obter uma causalidade linear. Assim como não

existe uma linha mecânica entre estrutura econômica, cotidiano e superestrutura ideológica, não existe também no movimento contrário. Para Lukács era muito clara a *preparação ideológica*, em seus termos, desempenhada por tal filosofia irracionalista, quer dizer, o papel desempenhado pela ideologia em questão na preparação do terreno, no fornecimento de matéria-prima ideal, por assim dizer, como um fator indispensável de articulação das condições subjetivas aos processos que levaram à visão nacional-socialista e, pois, ao nazifascismo alemão.

O holocausto teria ocorrido sem a presença do irracionalismo alemão? Lukács responderia que seria muitíssimo improvável uma vez que lhe faltaria as condições subjetivas fornecidas como recurso. Mas ao mesmo tempo não foi o irracionalismo a *causa* do nazifascismo, que fique bem claro, uma vez que este encontrou sua *raison d'être* em condicionantes objetivos do período imperialista, isto é, emergiu como resposta prática às necessidades de expansão dos capitais nacionais por via da mobilização de guerra de países de objetivação capitalista tardia e, portanto, constrangidos por uma dada repartição consolidada de mercados consumidores e fornecedores, principalmente por parte das economias estadunidense, francesa e inglesa. Mas, a compreensão de conjunto não dispensa, de modo algum, o papel da preparação ideológica, sobretudo para o caso Alemão – que guarda especificidades nesse aspecto das condições subjetivas se comparado ao japonês, por exemplo, este constituindo-se um caso a ser investigado em razão da própria ausência de uma filosofia irracionalista na preparação ideológica.

A hipótese lukácsiana relacionada às mediações que levaram ao deságue no cotidiano não parece ter recebido tanta investida por parte de seu propositor quanto a análise imanente realizada sobre o conjunto dos autores da filosofia irracionalista. Chasin (1978) se aproximou muito mais disso, como já anotado, deixando mais em abstrato as análises de gênese e de função quando o assunto foi a natureza específica do integralismo no Brasil. Abre-se sala para investigações aprofundadas, sobretudo no caso alemão, por se tratar de uma ideologia com eficácia a princípio, de fato, realizada. Tais investigações adicionais exigem, obviamente, uma coleção de evidências rigorosamente colhidas e apresentadas que permitam demonstrar tais nexos ainda que sejam de outra qualidade, sem necessariamente haver causalidades lineares. Tais evidências colecionadas devem romper, adicionalmente, com o limite meramente circunstancial, indicando a preparação ideológica para o caso concreto alemão. Igualmente, a recomendação tem validade para outros casos associados ou

não.

Da localização clássica à classicidade movente e múltipla das ideologias

Em seus estudos sobre o “modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”, Marx (2013, p. 78) considerou explicitamente que, àquele tempo, sua “localização clássica é, até o momento, a Inglaterra”. Essa seria, explicou ele, a “razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica”. Estamos diante de uma questão já aludida outras vezes, a partir das considerações de Chasin (2009), sobre a presença histórica do objeto, isto é, a forma mais desenvolvida do modo de produção permitiria seu estudo mais apurado precisamente por ser a forma historicamente mais acabada – *até dado momento*, grifemos, seguindo Marx acima. A importância da matéria justifica a ênfase:

Nenhum período da sociedade moderna é tão propício ao estudo da acumulação capitalista quanto o dos últimos 20 anos. (...). De todos os países, porém, é novamente a Inglaterra que oferece o exemplo clássico, e isso porque ela ocupa o primeiro lugar no mercado mundial, porque somente aqui o modo de produção capitalista se desenvolveu em sua plenitude e, finalmente, porque o estabelecimento do reino milenar do livre-câmbio, a partir de 1846, privou a economia vulgar de seu último refúgio. (MARX, 2013, p. 723)

Vê-se que o caso clássico é a reunião de condições e fatores que refletem o mais alto desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Por seu lado, o irracionalismo analiticamente considerado por Lukács (2020, p. 20) encontrou seu “caso *clássico* na Alemanha”, onde esboçou traços específicos e grandes repercussões mundiais.

Se a classicidade do modo de produção capitalista foi garantida, na década de 1860, por uma reunião daquela qualidade de desenvolvimento mais avançado de diferentes fatores, a classicidade do irracionalismo foi condicionada, ao contrário, pelo atraso do contexto histórico alemão, pela “miséria alemã” frequentemente retratada por Marx ao longo de todo o seu itinerário intelectual. Tendo o condicionado processo espiritual em nossa mira, já na juventude Marx chegou a considerar que

Só a Alemanha poderia produzir a filosofia especulativa do direito - este *pensamento* extravagante e abstrato acerca do estado moderno, cuja realidade permanece no além (mesmo se este além fica apenas do outro lado do Reno) (...). Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações fizeram. A Alemanha foi a sua *consciência teórica*. A abstração e a presunção da sua filosofia seguiam lado a lado com o caráter unilateral e atrofiado da sua realidade (MARX, 2005, p. 151).

Apesar desses lineamentos de Marx sugerirem a Alemanha como caso clássico do idealismo especulativo precisamente por suas condições regredidas, atrofiadas, não é uma posição tão explícita quando o foi para o caso da classicidade do modo de produção capitalista na Inglaterra à luz de *O capital*.

Essa é uma constatação que todo estudioso isento se vê obrigado a fazer. Mesmo a busca de Lukács por fundamentação nas observações de Engels (2010, p. 475; 1959, p. 348), a respeito do método lógico e histórico executado por Marx em *Contribuição à crítica da economia política*, teve que necessariamente remeter à análise do modo de produção em sua “plena maturidade, sua forma clássica” e não, explicitamente, à classicidade das formações ideais.

A questão em tela é o reconhecimento de uma derivação do caso clássico do desenvolvimento do modo de produção capitalista para a designação da classicidade da ideologia tal como operada pelo filósofo magiar. Essa derivação não traz consigo qualquer invalidação ou obstrução. Ao contrário, abre para questões relevantes à análise de gênese das formações ideais e as decorrentes problemáticas para a classicidade das ideologias sem, porém, produzir uma identidade necessária entre gênese e caso clássico. Esse último aspecto esteve bem claro a Lukács quando indicou que o fascismo teve gênese na Itália, mas encontrou maior desenvolvimento na Alemanha.

Uma dessas questões a serem consideradas, ainda que já aludida, é o duplo aspecto qualitativo da classicidade. De um lado, a consideração da reunião dos principais fatores objetivos habilitadores da determinação do caso clássico em sentido avançado e, de outro lado, em sentido regredido. Os estudos de gênese tanto do irracionalismo alemão quanto do integralismo no Brasil, por exemplo, extraíram as explicações para tais formações ideais (vertidas em ideologia ou não, não importa) a partir das condições atroficas e hipertróficas da objetivação do capitalismo em cada uma das particularidades envolvidas respectivamente. As chamadas *via prussiana* e *via colonial*, cada qual com suas especificidades a despeito de semelhanças, corresponderam precisamente às objetivações capitalistas tardias, em meio ao atraso, e sem os processos transformadores testemunhados na Inglaterra e na França, por exemplo, considerados como *via clássica* de tal objetivação.

Não é pouca coisa, entretanto, sublinhar que a correspondência entre uma formação ideal e a regressividade objetiva das condições materiais em uma

particularidade decorre, nos casos aludidos, da investigação de objetos ideológicos específicos. A derivação da classicidade da ideologia tendo por eixo o caso clássico do modo de produção garante, por coerência, a possibilidade da análise de formações ideais correspondentes às condições objetivas mais avançadas. Do contrário, induziria à percepção, de resto equivocada, segundo a qual os objetos ideológicos necessariamente são colocados invariavelmente como doutrinas adversárias, a serem combatidas, denunciadas. Essa é uma consideração relevante.

Outra questão fundamental vai além da suposição de que a classicidade é apenas o arranque, coisa congelada e sem movimento. A despeito do fato de que o caso *clássico* do irracionalismo se materializou na Alemanha, particularidade histórica na qual foram esboçados os traços específicos, o irracionalismo é um “fenômeno internacional” tanto “na sua luta contra o conceito burguês de progresso, quanto também na luta contra o socialismo” (LUKÁCS, 2020, p. 20). Tratou-se de uma tendência identificável antes da primeira grande guerra, atingindo “formas altamente desenvolvidas em quase todos os países que ocupam as principais posições no período imperialista” (p. 21). Entretanto, em cada particularidade desdobraram-se modos diversos de sua ocorrência, sempre sob dependência das condições históricas concretas. Existem, portanto, traços específicos de cada ocorrência, dado o “processo de desenvolvimento desigual do imperialismo” (p. 21), mas também os traçados de identidades em consequência da circunstância de que em todos esses centros constituíram-se elementos comuns dessa mesma economia imperialista. Por isso vale o registro de que “necessidades ideológicas semelhantes, determinadas como tais pela economia imperialista, produzem, em condições sociais concretas distintas, variantes bem diferentes e até mesmo, se observadas superficialmente, contraditórias entre si” (p. 21). Assim, vemos o processo de difusão do irracionalismo desde o caso clássico alemão, atingindo, por exemplo, o intuicionismo na França (Bergson) e o pragmatismo nos Estados Unidos (James).

Indo além dessa difusão, a lição preventiva de Marx sobre a classicidade do modo de produção na Inglaterra é perfeitamente aplicável à classicidade das formações ideais. Na medida em que a “localização clássica” desse modo de produção foi “até o momento, a Inglaterra” da década de 1860, deslocando-se adiante para os Estados Unidos no século XX, é coerente considerar, por extensão e como possibilidade, o caráter movente da classicidade das formações ideais.

Para isso, entretanto, não temos à disposição exemplos deixados pelos mestres. Devemos recorrer, para esse fim, à uma breve hipótese de trabalho sobre a ideologia do desenvolvimentismo a partir da inicial coleção de materiais. Seu núcleo guarda a missão social com tonalidade nacionalista de simultaneamente acelerar o processo de acumulação do capital e aplacar o conflito classista, sobretudo nas particularidades históricas de condições objetivas regredidas. Assim, é possível sublinhar sua gênese entre os protecionistas alemães, na figura emblemática de Friedrich List. A hipótese, a partir de certas evidências colecionadas, diz respeito à localização clássica da ideologia desenvolvimentista na Alemanha do período bismarckiano, porquanto estariam reunidos, dadas as bases sociais específicas, muitos aspectos bastante desenvolvidos tais como o industrialismo, legislações sociais, apelo nacionalista antirrevolucionário, sob as vestes de um prussianismo-burocrático refratário a qualquer socialização democrática (LUKÁCS, 2019). Tudo isso correspondente ao atraso alemão.

Há muitas evidências históricas de que essa ideologia obteve eficácia se considerado o rápido avanço econômico, pelo menos, da Alemanha frente aos países mais avançados, como registram as mais diversas fontes históricas. Essa ideologia ramificou-se, no século XX, primeiro aos países do leste europeu até a Rússia e, depois, aos países latino-americanos. Naqueles, a ideologia teve curta duração uma vez que o caminho revolucionário foi trilhado e com os desfechos registrados na história. Mas na América Latina, sobretudo na Argentina e no Brasil, a ideologia obteve condições muito mais favoráveis de florescimento e efetividade diante da premente industrialização muito tardia em meio a conturbado processo de acomodação, pelo alto, do conflito social, em condições bélicas das quais não se pôde extrair alternativas expansionistas a tais países subordinados. Todas as condições retardatárias encontravam-se reunidas, com a diferença de que o colonialismo escravagista impunha particularidades importantes que não devem ser ignoradas. O desenvolvimentismo encontrou na *via colonial* de objetivação do capitalismo, como tal, uma trilha não expansionista e não revolucionária. Nesse último aspecto, tratou-se de acomodação do poder “pelo alto” entre agrarismo e industrialização fechada à participação popular. Encontrou por essa via certas condições para a mobilização de uma ideologia correspondente ao atraso, porém, modernizante dentro dos horizontes burgueses e com considerável protagonismo estatal. É notória a influência que essa ideologia obteve nesses países, sobretudo no desenho de políticas econômicas e sociais de ampla duração (inclusive sob as vestes mais recentes de um chamado

neodesenvolvimentismo, o que comprova quão longeva é essa ideologia e seus efeitos nas condições nacionais de integração subordinada ao mercado mundial).

Portanto, a hipótese aventada é aquela segundo a qual a classicidade da ideologia em questão foi concretamente deslocada da Alemanha para a América Latina, com destaque ao Brasil. Essa possibilidade de deslocamento não deve ser ignorada na análise de gênese e da classicidade das formações ideais, levando-se em conta, como dissemos antes, a não exigência de identidade congelada entre gênese e caso clássico. Antes de tudo, a realidade objetiva é movimento, processo de lógica própria, como ensinou Marx, e, como tal, deve ser a fonte da palavra final.

Vale o exemplo negativo do integralismo à hipótese do deslocamento. Podemos admitir que tal formação ideal, que jamais chegou a ser efetivamente vertida em ideologia (com eficácia e duração), teve gênese como fenômeno típico do processo de objetivação capitalista pela via colonial. Foi, como dissemos, resultante das regressividades nacionais. Estiveram reunidas as condições propícias àquela formação ideal, de talhe ruralista, expressando uma “crítica regressiva do liberalismo” (CHASIN, 1978, p. 551). Não apenas foram condições propícias para a gênese, mas também para a designação de sua classicidade. Aqui, nesse caso, gênese e caso clássico parecem se identificar e não há, até o momento, evidências de deslocamento do integralismo para outros países, mesmo porque, como tudo indica, permaneceu como ideologia apenas em potência.

Mas, como em qualquer caso, vale sempre o concreto e não uma teoria geral das ideologias. Essa lição é retirada da constatação de outra questão relevante para a análise de gênese a partir do estudo do irracionalismo alemão. Vimos que sua localização clássica foi a Alemanha. Difundiu-se em seguida, tornando-se “fenômeno internacional” ainda que não homoganeamente na medida do desenvolvimento desigual das economias imperialistas de então. Há evidências, entretanto, de que certas formações ideológicas de relevo eclodiram como fenômeno internacional de nascença.

Tudo indica ser o caso, por exemplo, da economia política clássica. Marx (2013, p. 438) escreveu que ela teria surgido “como ciência própria no período da manufatura”, isto é, como específica forma de consciência científica. Considerou que sua gênese teve arranque na “Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguilebert” (MARX, 1961, p. 37; 2010, p. 292. Cf. também MARX, 2011, p. 27).

Em nota acrescentou que um “trabalho comparativo sobre os escritos e personalidades de Petty e Boisguillebert, além de destacar os antagonismos sociais da Inglaterra e da França no final do século XVII e início do século XVIII, poderia ser a exposição genética do contraste nacional entre a economia política inglesa e francesa” (MARX, 1961, p. 37-38). Salvaguardadas as diferenças, as condições gerais do período em ambos os países forneceram o “terreno vivo da economia política” (MARX, 2013, p. 84) e possibilitou o desenvolvimento daquela formação ideal.

Devemos recorrer a outro exemplo complementar sintético. Há alguma discussão quanto à pureza do chamado “neoliberalismo” praticado pelas economias centrais desde o final da década de 1970 por haver evidências de hibridismo prático entre keynesianismo-escola austríaca-escola de Chicago na condução das políticas econômicas. Esse hibridismo decorreu do fato da renovação do liberalismo nos anos de 1930 que garantiu uma comunidade de princípios fundamentais acerca da conservação do capitalismo – ainda que contrariamente à afetação de seus ideólogos mais destacados –, mas com divergências, de superfície, quanto ao método de administração política do capital (PAÇO CUNHA, 2022b). Nesses termos, o “neoliberalismo” acomodou constitutivamente variantes renovadas do liberalismo diante da ortodoxia liberal e da alternativa socialista, divergindo sobre como produzir as melhores condições de expansão permanente do capital sob a administração *ad infinitum* das contradições envolvidas. Uma dessas variantes foi composta pela formação ideal que ganhou contornos mais acabados na experiência da *Mont Pelèrin Society*, inicialmente sob direção do professor Hayek, e depois efetivamente como elemento no hibridismo prático aludido. A análise de sua gênese sugere uma plataforma transnacional, no entanto, e não uma localização singular. Há evidências de uma articulação transatlântica para o seu desenvolvimento (MIROWSKI; PLEHWE, 2009, REINHOUDT; AUDIER, 2018).

Com esses dois exemplos (da economia política clássica e do “neoliberalismo”) queremos sugerir que a classicidade das formações ideais e das ideologias pode não ter uma localização única, em “um só país”, mas múltipla, isto é, internacional de partida.

Uma vez mais, a não identidade necessária entre gênese e caso clássico, o deslocamento da classicidade e a possibilidade da multiplicidade envolvida, ampliam as chances de investigação em determinação social do pensamento por ensejo das

vastas contribuições indicadas.

*
* *

Depois das considerações realizadas e tendo observado alguns aspectos centrais, é imperativo registrar que a seleção aqui apresentada dos problemas em determinação social do pensamento não é exaustiva. Tampouco o é aquele tratamento dado a eles. O propósito foi sugerir problemas avançados no caminho ao cume escarpado. As melhores chances começam com identificação de alguns deles.

Referências bibliográficas

- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ENGELS, F. Karl Marx: Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Marx-Engels: Ausgewählte Schriften*, Bd. II. Moskau: Verlag für fremdsprachige Literatur, 1959.
- _____. “Karl Marx: A contribution to the critique of political economy”. In: *Marx-Engels Collected Works*, 16. London: Lawrence & Wishart, 2010.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. 1*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. 2*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. “Sobre el prusianismo”. In: ALCÂNTARA, N.; JIMENEZ, S. (Org.). *Anuário Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.
- _____. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARX, K. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Marx-Engels Werke*, Band 13. Dietz Verlag Berlin, 1961.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico v. III*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. A contribution to the critique of political economy. In: *Collected Works*, v. 29. London: Lawrence & Wishart, 2010.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital v. 1*. Boitempo, 2013.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (Eds.). *The road from Mont Pelerin: the making of the neoliberal thought collective*. Harvard University Press, 2009.
- PAÇO CUNHA, E. Social determination of economic thought as form of consciousness and ideology and its three fundamental historical functions. *49th Annual Meeting of the History of Economics Society*, Minneapolis, 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/3VkgC6t>>
- _____. E. Keynes, Hayek e Friedman: pensamento econômico como ideologia na combinação histórica dos métodos de administração política do capital a partir da renovação do (neo)liberalismo. *XLVI Encontro da Anpad – EnAnpad*, 2022b. Disponível em <<https://bit.ly/3VkHBim>>
- REINHOUDT, J.; AUDIER, S. *The Walter Lippmann Colloquium*. Springer International

Publishing, 2018. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65885-8>

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 12, ano VI, 2010. Disponível em <<https://bit.ly/3g2VgKP>>

Como citar:

PAÇO CUNHA, Elcemir. Problemas selecionados em determinação social do pensamento. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, pp. 123-146, Edição Especial, 2022/2023.